



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o semestre findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação, por lote de mil ações)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração: As demonstrações e estatísticas, a LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. ("LeasePlan" ou "Instituição") submete à apreciação do mercado o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa correspondentes ao **exercício findo em 31 de dezembro de 2025**.

Até o longo de 2025, a Instituição avançou de forma consistente no processo de integração entre LeasePlan e ALD. O exercício foi marcado por iniciativas estratégicas relevantes, direcionadas à transformação da companhia, com foco no aumento de eficiência operacional, inovação contínua e fortalecimento da competitividade. As ações conduzidas permitiram a captura de sinergias em toda a cadeia de valor, refletindo-se na redução de custos operacionais, otimização das despesas operacionais e na ampliação do portfólio de serviços, a medida que os benefícios decorrentes do trabalho em conjunto se tornaram mais evidentes. Durante o período, reforçamos o alinhamento com os direcionadores estratégicos definidos pelo Grupo, fundamentais para sustentar a transformação em curso. A atuação da Instituição esteve concentrada em três prioridades centrais:

- Clientes:** Intensificar a qualidade dos serviços e ampliar o nível de expertise, com o objetivo de elevar continuamente a satisfação dos clientes e expandir nossa base de negócios de forma sustentável e lucrativa.
- Eficiência Operacional:** Avançar na simplificação de processos e estruturas, otimizar projetos de tecnologia e aprimorar práticas de compras. Mais de 3.000 iniciativas, no mundo, estruturadas para gerar valor.

BALANÇO PATRIMONIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Ativo	Nota	Dez/2025	PASSIVO	Nota	Dez/2025
Disponibilidades		96.545	Passivos financeiros	1.236.796	
Operações de arrendamento mercantil		1.601.350	Empréstimos no país	1.236.796	
Arrendamentos operacionais a receber - setor privado	5 (a)	109.030	Passivos fiscais correntes	804	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5 (a)	(14.569)	Passivos fiscais diferidos	10 (c)	100.680
Bens arrendados	7	1.791.108	Outros passivos financeiros	106.070	
Depreciações acumuladas	7	(284.221)	Provisões para contingências	1.583	
Outros ativos financeiros		56.210	Patrimônio Líquido	419.814	
Outros créditos	6 (a)	65.353	Capital Social	11	206.561
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em outros créditos	6 (b) / 6 (a)	(9.143)	Reserva Legal	11	20.372
Ativos fiscais correntes		7.164	Reserva Estatutária	11	197.980
Outros ativos		91.728	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.860.543	
Bens não de uso próprio	6 (h)	91.728			
Imobilizado de uso	6 (h)	2.617			
Direito de uso	6 (h)	1.477			
Amortização direito de uso	6 (h)	(786)			
Outras imobilizações de uso	6 (h)	2.637			
Depreciações acumuladas	6 (h)	(814)			
Intangível		5.241			
Intangível	7	5.241			
Amortização do intangível	7	(3.625)			
TOTAL DO ATIVO		1.860.543			

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. ("LeasePlan", "Empresa" ou "Instituição") faz parte de uma empresa de gerenciamento de frotas de origem holandesa com 60 anos de experiência no setor e presente em aproximadamente 30 países. A Instituição é uma subsidiária da Ayvens Bank N.V., com sede na Holanda, e da Ayvens S.A., que faz parte do grupo de empresas Societe Generale, com sede em Paris na França. A LeasePlan tem sede na Rua Apeneiros 222, Aclimação - SP. A Instituição foi constituída em 5 de julho de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 5 de outubro de 2001. Iniciou suas operações de Arrendamento Mercantil no primeiro semestre de 2002. A principal atividade da Empresa é a gestão e o gerenciamento de frotas através da modalidade *Leasing Operacional*. A gestão operacional compreende a compra de veículos, a manutenção, o seguro, a manutenção e reparos prestados através da rede de fornecedores selecionados pela LeasePlan I.A.L.D., a administração dos custos inerentes aos veículos, orientação e suporte na política de frotas, relações e atendimento aos gestores de frota e condutores além da venda do veículo objeto de arrendamento. A empresa busca conciliar sua presença no mercado brasileiro, oferecendo produtos inovadores e serviços de alta qualidade para satisfazer as necessidades de seus clientes, facilitando assim o gerenciamento de suas frotas.

2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Societárias por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, em consonância com os normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Banco Central do Brasil e pelo Comitê de Regulação e Supervisão de Instituições de Crédito e Financeiras Internacionais, os quais são aplicáveis às sociedades de arrendamento mercantil somente quando aprovadas pelo BACEN. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na contabilidade operacional que pressupõem que a LeasePlan conseguirá manter seus ativos e cumprir com as obrigações de pagamento no curso normal das operações. O balanço patrimonial foi elaborado em conformidade com as Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, anteriormente apresentados na periodicidade estatutária, no montante de R\$ 155.965, em decorrência da identificação de efeitos de períodos anteriores referentes ao ajuste de *buffer accounting*, conforme detalhamento na nota 3. O balanço em efeito de R\$ 16.573, decorrente da reserva sobre o balanço patrimonial para R\$ 17,220. A Administração da Instituição declara que as divulgações realizadas apresentam todas as informações relevantes utilizadas pela gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente nos períodos apresentados. As Demonstrações Financeiras da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. compreendem os seguintes dados:

3 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Moeda funcional e de apresentação: As informações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Instituição. **b. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa, a Instituição considera como caixa e equivalentes de caixa os depósitos bancários (Disponibilidades) com prazo original igual ou inferior a noventa dias com risco insignificante de mudança de valor. Estes recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros são classificados e avaliados nas seguintes categorias:** **Ativos Financeiros Classificados como Ativos de Risco de Crédito:** Os ativos financeiros mantidos com o propósito de receber os fluxos de caixa contratuais, compostos por pagamentos de juros e do valor recuperável. Esses ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo da transação, acrescido dos custos relacionados, e posteriormente avaliado com base no custo amortizado, refletindo os juros recebidos e a amortização da principal. As receitas e despesas associadas a esses instrumentos são registradas em pontos de *break even* de intermediação financeira e "Despesa de Intermediação Financeira". **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** refere-se a ativos financeiros que a Instituição mantém com o objetivo de obter retorno por meio de juros e principal, mas que também podem ser vendidos cotadamente no prazo de negócios. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, somando os custos de transação, e posteriormente mensurados pelo valor justo, com os ganhos ou perdas registrados na conta de patrimônio líquido "Ajuste de avaliação patrimonial", até que ocorra o baixe do ativo, momento em que o valor é transferido para o resultado do período. **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** diz respeito a ativos financeiros administrados com foco em negociar os ativos financeiros, mas que não atendem aos critérios do teste SPPI (Somente Pagamento de Principal e Juros), são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, com os custos de transação contabilizados como despesa. As variações no valor justo desses ativos e passivos são refletidas diretamente no resultado. A classificação nas contas de lucro e prejuízo é feita de acordo com o modelo de negócio aplicado a cada ativo financeiro. São bem como suas características e os fluxos de caixa contratuais (teste SPPI). Para definir o modelo de negócios, é avaliado a estratégia de geração de resultados com o ativo financeiro, conforme previsto no Art. 9º da Resolução CMN 4.966/21. A forma como os resultados do modelo de negócio são avaliados e reportados à diretoria e ao conselho de administração. Os riscos que podem ocorrer o desempenho, a estrutura de remuneração dos gestores envolvidos, na realização do teste SPPI. **Hierarquia de Valor Justo:** As informações sobre o valor justo de ativos e passivos são classificadas conforme a seguinte hierarquia, com base nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação: **Nível 1:** preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** dados observáveis, exceto os preços de nível 1, utilizados direta ou indiretamente na avaliação do ativo ou passivo. **Nível 3:** dados não observáveis de mercado utilizados na avaliação de ativos e passivos. **Redefinição de Instrumentos Financeiros:** Os passivos financeiros devem ser baixados quando a aplicação contratual for encerrada, liquidada, cancelada ou extinta. **d. Taxa efetiva de juros:** A taxa efetiva de juros é aquela que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo do contrato, incluindo os custos de aquisição e de despesa. **e. Operações de Arrendamento Mercantil Operacional:** A composição da carteira e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para tratamentos de arrendamento mercantil operacional é constituída por contratos celebrados ao amparo da Resolução nº 140/84, do Ministério da Fazenda e da Resolução nº 2.309/96 e 4.977/21 divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BCB) e contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir: **(i) Arrendamentos operacionais a receber:** Refletem o valor presente das obrigações de pagamento de juros e principal, sob o controle da Instituição. **(ii) Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional:** Registrado pelo custo de aquisição, deduzidas as respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo prazo dos contratos de arrendamento mercantil operacional e baseada na estimativa do valor de mercado dos bens no decorrer do prazo de vida útil do bem. Esta metodologia é descrita na Resolução da Publicação de Bens Arrendados que a partir do ano de 2022 estamos considerando o critério de depreciação de 05 anos em conformidade com as regras da Receita Federal do Brasil de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017. **f. Adoção Inicial - Mudança nas políticas contábeis e divulgações:** Fica estabelecido que as informações financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A entidade passou a observar, a partir de 1º de janeiro de 2025, os preceitos do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, conforme regulamentação específica. Fica estabelecido que os efeitos de adoção de novo modelo de negócio de bens arrendados, no passivo, a obrigação de pagamento dos valores contratuais, mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros. Excluiu deslizes das obrigações dos contratos de arrendamento de curto prazo e de baixo valor, sempre permitido pela norma. Na condição de arrendador, a entidade mantém contratos de arrendamento mercantil operacional sob o tratamento de ativos, permitindo substancialmente melhor valor, sendo reconhecidos pelo valor presente dos fluxos de caixa incluindo provisões para perdas esperadas, em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. Na condição de arrendatária, a entidade possui um contrato de arrendamento operacional relacionado à locação de imóvel utilizado em suas atividades administrativas. Tal contrato inclui a cláusula de rescisão em caso de inadimplência do arrendatário, com o objetivo de garantir a manutenção do ativo e passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso está registrado no grupo de Imobilizado de Uso, enquanto o passivo decorrente do contrato é reconhecido em Outros Passivos Financeiros. A mensuração é realizada com base no valor presente dos pagamentos futuros, utilizando como taxa de desconto o custo de oportunidade das captações institucionais. **A Resolução CMN nº 4.966/21**, em seu artigo 1º, parágrafo posterior, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das aplicações de proteção (contabilização de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil. O objetivo é reduzir a volatilidade das captações institucionais. **A Resolução CMN nº 4.966/21**, em seu artigo 1º, parágrafo 3º, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023 e estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, evidência de informações sobre instrumentos financeiros em notas contábeis. A mudança trazida pelas resoluções está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. Os impactos da adoção de tais normas vigentes a partir de 1/1/2025 foram estudadas pela Instituição tendo os impactos relevantes para sua situação. Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/21 foram registrados em contrapartida à conta de sobras acumuladas pelo valor líquido dos efeitos tributários. A reconexão do patrimônio líquido está demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025 está apresentada na nota 5(a) e (b). **Resolução CMN nº 5.199, de 22/12/2024**, que define o cronograma de transição para a incorporação dos efeitos das regras do novo modelo de negócio de provisionamento. Lei nº 14.467, de 16/11/2022, que estabelece o tratamento tributário das perdas inerentes na recuperação de créditos oriundos das atividades das instituições financeiras e demais entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil. **g. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Em 1º de janeiro de 2025, a Instituição passou a adotar a metodologia simplificada para apuração de perdas esperadas, em conformidade com o novo modelo de provisionamento. Lei nº 14.467, de 16/11/2022, que estabelece o tratamento tributário das perdas inerentes na recuperação de créditos oriundos das atividades das instituições financeiras e demais entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil. **h. Avaliação de ativos e passivos:** Os ativos e passivos são avaliados com base no custo amortizado, refletindo os juros recebidos e a amortização da principal. **i. Avaliação de ativos recuperáveis dos ativos (Impairment):** Os bens do imobilizado de uso e de arrendamento mercantil operacional correspondem a ativos e passivos de uso e que a Instituição avalia periodicamente para constituir contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos no balanço sobre o balanço de arrendamento mercantil operacional. **l. Intangível:** O intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreatos destinados à manutenção das atividades operacionais da Instituição. **m. Impairment:** Os bens do imobilizado de uso e de arrendamento mercantil operacional correspondem a ativos e passivos de uso e que a Instituição avalia periodicamente para constituir contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos no balanço sobre o balanço de arrendamento mercantil operacional. **n. Ativos não problemáticos:** Os ativos não problemáticos são aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se basicamente aos veículos de contratos terminados. Os bens

Disponibilidades	31/12/2025	31/12/2024
	96.545	96.545
Operações de arrendamento mercantil	1.601.350	1.601.350
Arrendamentos operacionais a receber	109.030	109.030
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(14.569)	(14.569)
Bens arrendados	1.791.108	1.791.108
Depreciações acumuladas	(284.221)	(284.221)
Outros ativos financeiros	56.210	56.210
Outros créditos	65.353	65.353
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em outros créditos	(9.143)	(9.143)
Ativos fiscais correntes	7.164	7.164
Outros ativos	91.728	91.728
Bens não de uso próprio	91.728	91.728
Imobilizado de uso	2.617	2.617
Direito de uso	1.477	1.477
Amortização direito de uso	(786)	(786)
Outras imobilizações de uso	2.637	2.637
Depreciações acumuladas	(814)	(814)
Intangível	5.241	5.241
Intangível	5.241	5.241
Amortização do intangível	(3.625)	(3.625)
TOTAL DO ATIVO	1.860.543	1.860.543

Passivos financeiros	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos no país	1.236.796	1.236.796
Passivos fiscais correntes	804	804
Passivos fiscais diferidos	100.680	100.680
Outros passivos financeiros	106.070	106.070
Provisões para contingências	1.583	1.583
Patrimônio Líquido	419.814	419.814
Capital Social	206.561	206.561
Reserva Legal	20.372	20.372
Reserva Estatutária	197.980	197.980
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.860.543	1.860.543

Receitas de intermediação financeira	2º Sem 2025	31/12/2025	31/12/2024
Receitas com operações de arrendamento mercantil	317.107	612.519	612.519
Resultado na finalização de contratos	4.433	24.628	24.628
Receitas de prestação de serviços	4.582	8.444	8.444
Total das Receitas de Arrendamento Mercantil	326.122	645.591	645.591
Despesas de aplicação de recursos	(176.317)	(176.317)	(176.317)
Manutenção	(37.474)	(71.257)	(71.257)
IPVA e Despesachates	(22.664)	(39.367)	(39.367)
Seguros (b)	(7.772)	(32.263)	(32.263)
Operações de Veículos Substituição	(4.507)	(6.871)	(6.871)
Outras Despesas de Arrendamento Mercantil (c)	(9.770)	(11.846)	(11.846)
Operações de captação no mercado	(83.471)	(156.370)	(156.370)
Total Das Despesas de Arrendamento Mercantil	(251.977)	(498.631)	(498.631)
Resultado de intermediação financeira	74.145	149.222	149.222

Receitas e despesas de arrendamento operacional	2º Sem 2025	31/12/2025	31/12/2024
Rendas de Arrendamento Mercantil	317.107	612.519	612.519
Resultado na Finalização de Contratos de Arrendamento (a)	4.433	24.628	24.628
Receitas de prestação de serviços	4.582	8.444	8.444
Total das Receitas de Arrendamento Mercantil	326.122	645.591	645.591
Despesas de manutenção	(37.474)	(71.257)	(71.257)
IPVA e Despesachates	(22.664)	(39.367)	(39.367)
Seguros (b)	(7.772)	(32.263)	(32.263)
Operações de Veículos Substituição	(4.507)	(6.871)	(6.871)
Outras Despesas de Arrendamento Mercantil (c)	(9.770)	(11.846)	(11.846)
Operações de captação no mercado	(83.471)	(156.370)	(156.370)
Total Das Despesas de Arrendamento Mercantil	(251.977)	(498.631)	(498.631)
Resultado de intermediação financeira	74.145	149.222	149.222

Saldo no inicial	31/12/2025	31/12/2024
Provedor	1.136	1.136
Passível	329	329
Provisões para Contingências	1.465	1.465
Cível	1.465	1.465
Provisões para Contingências	1.465	1.465

alcançar fase avançada de execução ao longo do exercício, reforçando a disciplina na gestão de custos e aprimorando a forma como trabalhamos. **Objetivo:** Otimizar a transformação e a responsabilidade social, com foco na mobilidade interna por meio de iniciativas inovadoras, incluindo treinamentos em Inteligência Artificial, um dos principais aceleradores do ciclo atual. Encerramos 2025 preparados para avançar com confiança em direção às metas de 2026, fortalecendo ainda mais a atuação da Instituição no mercado e contribuindo para a consolidação do Societe Generale nas próximas décadas.

Em dezembro de 2025, a LeasePlan apresentou crescimento de soma e desempenho sólido na recolta de arrendamento, confirmando a execução bem-sucedida de uma estratégia orientada por visão de longo prazo e foco na geração de valor aos clientes. O exercício encerrou-se com **lucro líquido de R\$ 44.635, receitas de operações de arrendamento mercantil de R\$ 612.519 e resultado na venda de veículos de R\$ 24.628**. A Instituição mantém rígidos padrões éticos, regulatórios e de governança de riscos. Em linha com esse compromisso, preservamos níveis de capital regulatório superiores aos requisitos do Banco Central do Brasil, encerrando dezembro de 2025 com **Índice de Basileia de 21%**. Conforme previsto, todos os níveis de auditoria e não auditoria serão divulgados no **Annual Report da ALD S.A. em 31 de dezembro de 2025**. Agradecemos a confiança dos nossos acionistas, parceiros de negócios, colaboradores e principalmente aos nossos clientes pela parceria.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Receitas da intermediação financeira	Nota	2º Sem 2025	31/12/2025	31/12/2024
Receitas com operações de arrendamento mercantil	5 (b)	326.122	645.591	645.591
Resultado na finalização de contratos	10 (a)	317.107	24.628	24.628
Receitas de prestação de serviços	10 (c)	4.433	8.444	8.444
Despesas da intermediação financeira	5 (b)	(251.978)	(498.371)	(498.371)
Despesas de aplicações no mercado	6 (a)	(63.471)	(158.630)	(158.630)
Operações de arrendamento mercantil	6 (b)	(163.506)	(337.741)	(337.741)
Resultado bruto da intermediação financeira	74.145	149.221	149.221	149.221
Resultado de Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(25.605)	(17.540)	(17.540)	(17.540)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10 (a)	(25.605)	(17.540)	(17.540)
Outras receitas (despesas) Operacionais	(27.512)	(48.315)	(48.315)	(48.315)
Receitas de aplicações financeiras	6 (e)	2.806	3.178	3.178
Despesas de pessoal	6 (f)	(6.695)	(25.943)	(25.943)
Outras despesas administrativas	6 (f)	(14.841)	(25.943)	(25.943)
Despesas tributárias	10 (b)	(595)	(1.784)	(1.784)
Outras receitas operacionais	6 (g)	9.960	15.191	15.191
Outras despesas operacionais	6 (g)	(15.080)	(18.296)	(18.296)
Despesas de aplicação de provisão para contingências	6 (g)	(268)	(119)	(119)
Resultado Operacional	21.028	83.367	83.367	83.367
Resultado antes da Tributação sobre o lucro	21.028	83.367	83.367	83.367
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro	(9.793)	(38.732)	(38.732)	(38.732)
Provisão para imposto de renda e contribuição social - Corrente	10 (a)	1.155	(5.380)	(5.380)
Provisão para imposto de renda e contribuição social - Diferido	10 (d)	(10.949)	(33.357)	(33.357)
Lucro líquido do semestre/exercício	11.234	44.635	44.635	44.635
Quantidade de ações - em milhares	9.156.107	9.156.107	9.156.107	9.156.107
Lucro por ação - R\$	1.23	4,87	4,87	4,87

Outros ativos - Curto prazo	31/12/2025	31/12/2024
Veículos pendentes de entrega (a)	42.382	42.382
Veículos disponíveis para venda (b)	49.245	49.245

continuação		31/12/2025	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	
Índices/ Saldo em exposição	Saldo	1%	-1%	25%	-25%	50%
	CJ	12,06%	13,08%	11,08%	15,10%	9,06%
	Arrendamento a receber	10,556	1,38	1,170	1,594	956
	Emprestimos no país	17,494	2,288	1,938	2,642	1,585

c. Risco de Crédito: Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A Instituição possui estrutura e políticas institucionais para gerenciamento de risco de crédito aplicável à subsidiária brasileira e às demais empresas do grupo. Possui também um sistema proprietário com modelagem desenvolvida pela sua matriz na Holanda (Ayers Bank N.V.) para estabelecimento, análise e controle da classificação de clientes (rating interno). Através deste sistema e dos relatórios contínuos ao comitê de crédito a posição financeira dos clientes é continuamente monitorada, com o intuito de avaliar e ajustar, se necessário, o limite de crédito concedido ou identificar fatores que possam indicar que o cliente possa trazer algum dano à imagem e reputação da Instituição. Para proteger-se de perdas decorrentes das operações de arrendamento mercantil a Instituição considera a classificação do cliente ou grupo econômico, seu desempenho em relação ao cumprimento das obrigações financeiras e os aspectos relacionados ao ambiente econômico para definir o nível de provisionamento. Caso o nível de provisionamento requerido pelo Banco Central fique abaixo do modelo de perda esperada adotado internamente, a Instituição pode constituir provisão complementar. **d. Risco de Ativo:** O risco de ativo consiste na possibilidade de ocorrência de perda financeira decorrente da diferença entre o valor estimado e o valor efetivo de venda de um veículo arrendado, ou a perda financeira relacionada a erros nas estimativas de despesas relacionadas a um veículo objeto de arrendamento operacional. Tendo como principal atividade o arrendamento mercantil operacional, a Instituição possui estruturas inerentes a esse tipo de ativo são as mais relevantes para a Instituição no Brasil e no mundo. A estrutura para gestão e controle do risco de ativo pela Instituição consiste em: Comitês de riscos de ativos trimestrais compostos por área independente das áreas de negócio; Avaliações tempestivas dos veículos arrendados com base em análises de mercado dos veículos arrendados (veja T.7); Apresentes em carteira; Monitoramento de fatores que podem influenciar os valores residuais dos veículos arrendados (exemplos: tendência do mercado de veículos usados, alteração em modelos, pós-venda e atendimento de marcas, entre outros) e avaliação de possíveis impactos financeiros; Mensuração e determinação de margens de segurança para precificação de novos contratos; Revisão periódica de matrizes utilizadas como base para a composição de preços de contratos; Aplicação de mecanismos contratuais de ajuste de valores (de forma preventiva, corretiva ou punitiva) quando verificadas desvios contratuais por parte de clientes durante ou ao encerramento de um contrato de Arrendamento Mercantil Operacional; Modelo estatístico para simulação do comportamento dos ativos em situações atípicas de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo com objetivo de quantificar perdas econômicas potenciais. As análises de risco de ativo são realizadas e reportadas a matriz semanalmente, as possíveis exposições contingentes são avaliadas sob a ótica Impacto (veja T.7).

15 RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE
Não houve resultados não recorrentes no período.

16 EVENTOS SUBSEQUENTES
Não houve resultados não recorrentes no período.

DIRETORIA
Pedro Reis - Diretor Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As Acionistas e aos Administradores da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditores de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Entase
Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião sobre esse relatório.

Responsabilidades dos auditores pelas demonstrações financeiras
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, apresenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossa responsabilidade é a de emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, se baseados nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com a Administração, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 03 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP1442/0-6 **Rodrigo de Mattos Lia**
Contador CRC 1SP252418/0-3

EDITAL DE CITAÇÃO
Processo Digital nº: 000552-79.2022.8.26.0006
Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória
Requerente: Cooperativa de Ec. e Créd. M. dos Serv. da P. M. do Estado de S.P.
Requerido: José Carlos Santos da Silva

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS - PROCESSO Nº 000552-79.2022.8.26.0006
(O) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). José Luiz de Jesus Vieira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER (a) JOSÉ CARLOS SANTOS DA SILVA, RG 24125737-3, CPF 126.578.148-67, brasileiro (a), casado (a), policial militar, que COOP DE ECÓN CRED. MUT. POL. MIL. SERV. DA SEC. NEG. DA SEG. PÚBLICA DO EST. SP. ajuizou uma ação de Execução, para cobrança de R\$ 3.056,06, custas e despesas processuais, que deverá ser atualizado na data do efetivo pagamento. Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a citação e intimação por edital, para que, em 03 dias, pague o débito atualizado ou reconheça o crédito da exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários fixados em 10%, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais atualizadas ficando advertido que poderá ajuizar embargos a execução no prazo de 15 dias, prazos estes que começaram a fluir após os 20 dias supra, sob pena de penhora, presumindo-se aceitação os fatos e a adverbência, bem como, adverbência de que será nomeado curador especial em caso de revelia, nos termos do art. 257, inc. IV do CPC. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de maio de 2025.

LEILÃO DE VEÍCULOS ONLINE
ERRATA

Retificação do Edital de Leilão - Omissão de Lote

Prezados participantes do leilão, Informamos que houve uma omissão no edital do leilão realizado em 27/11/2025. O lote 109 não foi incluído no edital.

Pedimos desculpas pelo erro e incluímos o lote omitido:
Lote 109 - GM-CHEVROLET COBALT 1.8 LTZ 2013 - CINZA - FLEX
Chassi: B282922

Pedimos desculpas pelo inconveniente e estamos disponíveis para esclarecimentos. Entre em contato com nossa equipe de atendimento ao cliente.

Atenciosamente, Mesquita Leilões

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
COMUNICADO - DIVISÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

Modalidade: DISPENSA ELETRÔNICA - SGC Nº 90001/2026 Nº Processo: 007.00017202/2026-41 Objeto: Aquisição de equipamentos audiovisuais e acessórios para captação, gravação e produção de conteúdos institucionais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Total de Itens Licitados: 11 (onze) Voto total da licitação de R\$ 35.089,20 (trinta e cinco mil, oitenta e nove reais e vinte centavos), Disponibilidade do Edital: 11/06/2026 Horário: das 09h00 às 17h00 Endereço: Praça Ramos de Azevedo, 254 - Centro Linc do PNCP: <https://pncp.gov.br/app/editais/4638440000149-1-000220/2026> Entrega das Propostas: a partir de 11/06/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 16/06/2026 às 17h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

Departamento Autônomo de Água e Esgotos
Aviso de Licitação

Processo DAAE nº 1.367 de 13 de abril de 2026
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DIVERSOS. Abertura das Propostas: às 09h30min do dia 30 de junho de 2026. Data e horário de início da sessão de disputa: às 09h35min do dia 30 de junho de 2026. ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://araraquara.sp.gov.br/portal/licitacoes_externo_irreslit/. O Edital poderá ser retirado na íntegra através dos sites: <https://www.gov.br/pncp/pt-br> - www.daaearaquara.com.br - link: Painel de Licitações.

Araraquara (SP), 10 de junho de 2026.
Wiliam Thomaz Marega - Superintendente

Departamento Autônomo de Água e Esgotos
Aviso de Licitação

Processo DAAE nº 1.404 de 15 de abril de 2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA POR MÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA (SGD). Abertura das Propostas: às 09h30min do dia 01 de junho de 2026. Data e horário de início da sessão de disputa: às 09h35min do dia 01 de junho de 2026. INÍCIO DO SELEÇÃO ELETRÔNICO: https://araraquara.sp.gov.br/portal/licitacoes_externo_irreslit/. O Edital poderá ser retirado na íntegra através dos sites: <https://www.gov.br/pncp/pt-br> - www.daaearaquara.com.br - link: Painel de Licitações.

Araraquara (SP), 10 de junho de 2026.
Wiliam Thomaz Marega - Superintendente

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAPURU/SP
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026
PROCESSO LICITATORIO Nº 41/2026

A Prefeitura Municipal de Irapuru, em cumprimento a Lei Federal nº. 14.133/2021 e Decreto Municipal nº. 5.549/2023, atualizado pelo Decreto Municipal nº. 5.737/2025, torna público aos interessados a realização de licitação na modalidade de Concorrência Eletrônica nº 05/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONCLUSÃO DA REFORMA DA EDIFICAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE "NELCIDIO DA SILVEIRA BASTOS", LOCALIZADO NA RUA SÃO PAULO, Nº 275, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE IRAPURU/SP, COMPREENDEDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, EM CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS. Tipo: Menor Preço Global. Edital disponível nas páginas da internet: www.irapurusp.gov.br e www.bl.org.br e www.pncp.gov.br. CADASTRO DE PROPOSTAS: a partir das 18h00min do dia 10/06/2026 até as 09h00min do dia 30/06/2026. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09h35min do dia 01 de junho de 2026. INÍCIO DO SELEÇÃO ELETRÔNICO: https://araraquara.sp.gov.br/portal/licitacoes_externo_irreslit/. O Edital poderá ser retirado na íntegra através dos sites: <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e www.daaearaquara.com.br - link: Painel de Licitações. Telefone: (18) 3861-2007. Celular: (18) 98184-0479. Email: licitacoes@irapurusp.gov.br.

Irapuru, 10 de junho de 2026.
Ademar Calegão
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA. PROC 87/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 21/2026. NOVA DATA Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos para gestão e execução de equipe de Atenção Primária à Saúde, destinada ao atendimento da população privada de liberdade na Penitenciária de Itatinga/SP, conforme edital e seus anexos. CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até 23/06/2026 às 08:30; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 23/06/2026 às 09:00. LOCAL: www.bl.org.br. "Acesso Identificado no link - BLL Compras". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). EDITAL E INFORMAÇÕES: www.itatinga.sp.gov.br ou (14) 3848-9802. PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA DI ROCCO - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITRAPINA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade PREGÃO Eletrônico nº 30/2026 - Tipo de Licitação "Menor Preço" Processo Administrativo nº 1405/2024 - Edital de Licitação nº 36/2026. OBJETIVO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos de informática, visando atender às necessidades das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Itrapina/SP, contemplando os itens fracassados do PREGÃO Eletrônico nº 01/2026 (Itens 4, 17, 27 e 30), o item 23 com especificação técnica revisada, bem como a inclusão de novos itens destinados ao atendimento de demandas supervenientes da Administração Municipal, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e no Documento de Formalização da Demanda. A Prefeitura Municipal de Itrapina torna pública e a quem possa interessar que, será realizada a abertura da sessão pública em referência. Local: <https://bl.org.br/> - Início de sessão pública em 11 de junho de 2026. Recebimento de propostas: até 24 de junho de 2026 - Horas: 08h00min. Início das lances: 24 de junho de 2026 - Horas: 08h15min. Os interessados poderão examinar gratuitamente e adquirir o presente Edital. No site municipal: www.itrapina.sp.gov.br. Na página eletrônica do BLL - Licitações Públicas: <https://bl.org.br/>. Requisitar nos e-mails: licitacoes@itrapina.sp.gov.br - licitacoes@itrapina.sp.gov.br. Itrapina, 10 de junho de 2026.

Flavio Siqueira Fagundes - Secretário Municipal da Administração

BANCO DE INVESTIMENTOS UBS (BRASIL) S.A.
CNPJ nº 33.987.793/0001-33 - NIRE 53.300.132.157
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2026

Hora e Local: 15:00 horas, na sede social do Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 33.987.793/0001-33 ("Companhia"), localizada na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 700, 10º andar (parte) e 12º e 14º andares (partes), Itaim Bibi, cidade e Estado de São Paulo. **Convocação e Quorum:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Diogo Vinícius de Moraes Lima; Secretário: Marcelo Augusto Ramos. **Documentos Lidos na Assembleia e Autenticados:** Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, juntamente com o parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, publicados no jornal "Valor Econômico" dos dias 28, 29 e 30 de março de 2026, páginas E39 a E42. **Deliberações:** Todas tomadas por unanimidade de votos: (a) foi aprovada a lavratura da presente ata na forma sumária, conforme forma o art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 ("LSA"); (b) foi dispensada a convocação pela imprensa na forma do art. 124, §4º, da LSA, e dispensada a publicação dos atos nos termos do art. 133, § 5º da LSA; (c) foram examinadas, discutidas e aprovadas as contas da administração e as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (d) foi aprovada a destinação de montante equivalente a R\$ 18.735.425,80 (dezoito milhões, setecentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos), à conta Reserva Legal da Companhia; (e) foi aprovada a destinação de montante equivalente a R\$ 221.712.720,17 (duzentos e vinte e um milhões, setecentos e doze mil, setecentos e vinte reais e vinte e sete centavos), à conta Reserva de Lucros e Estabilizações da Companhia, após a constituição de Reserva Legal; (f) foi ratificado o pagamento de juros sobre o capital próprio ao acionista controlador da Companhia, realizado em 19 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 258.000.000,00 (duzentos e cinquenta e oito milhões de reais), relativo à conta de Reserva de Lucros e Estabilizações, constituída pelas reservas de lucros acumuladas de exercícios anteriores. Nos termos do artigo 179 da Lei nº 6.249, de 26 de dezembro de 1995, o referido pagamento, a título de remuneração do capital próprio, foi imputado ao valor dos dividendos obrigatórios de que trata o artigo 202 da LSA; (g) foi aprovada a remuneração anual global dos membros da Diretoria, no valor de até R\$ 29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais), a ser distribuído entre os Diretores; (h) foi ratificado o pagamento do montante excedente de R\$ 3.737.476,00 (três milhões, setecentos e trinta e sete mil e quatrocentos e setenta e seis reais e seis centavos e distribuídos aos membros da Diretoria à título de remuneração anual global do ano de 2025; (i) nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata, que foi lida e aprovada por todos os presentes. **Autenticação:** Na forma do Artigo 109, §2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, a presente ata, em três (3) cópias autênticas, foi assinada e autenticada eletronicamente em cada página, mediante a utilização de ferramenta independente para esses fins (e.g. DocuSign, Clicksign, entre outros). **Assinaturas dos Presentes:** Diogo Vinícius de Moraes Lima - Presidente; Marcelo Augusto Ramos - Secretário; e UBS AG, representado por seus procuradores Marcello Antonio Chiov Luzzi e Milena Weiss Aloisi. **Diogo Vinícius de Moraes Lima - Presidente, Marcelo Augusto Ramos - Secretário.** UBS AG - p.p. Marcello Antonio Chiov Luzzi - p.p. Milena Weiss Aloisi. JUCESP nº 226.175/26-1 em 03/06/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2026 - ABERTURA

APREFEITURA MUNICIPAL DE LINS, Estado de São Paulo, torna público que realizará a abertura de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA INSTALAÇÃO DE GRADES, PORTÕES E COBERTURA NA EMEI "PROFª IRANY LARAYA" - recebimento da Proposta Eletrônica até: 30 de junho de 2026, às 08h30min e Abertura da Sessão disputa de lance: 30 de junho de 2026, às 09h30min. Licitação exclusiva.

Valor Máximo para contratação R\$ 47.248,60 (Quarenta e Sete Mil Duzentos e Quarenta e Oito Reais e Sessenta Centavos).

Os interessados poderão baixar o edital completo no site: www.lins.sp.gov.br Maiores informações: Unidade de Licitação - Fone: (14) 3533-4280 ou e-mail: licitacao@lins.sp.gov.br.

Lins/SP, 10 de junho de 2026
Fabiano Cristian Oliveira - Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026 - ABERTURA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS, Estado de São Paulo, torna público que realizará a abertura de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO para AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PIPA NOVO (CONFORME PORMENORIZADO NO TR) PARA AUXÍLIO NO COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS NO MUNICÍPIO DE LINS - recebimento da Proposta Eletrônica até: 24 de junho de 2026, às 08h30min e Abertura da Sessão disputa de lance: 24 de junho de 2026, às 09h30min. Licitação não diferenciada.

Valor Máximo para contratação R\$ 761.250,00 (Setecentos e Sessenta e Um Mil e Duzentos e Cinquenta Reais).

Os interessados poderão baixar o edital completo no site: www.lins.sp.gov.br Maiores informações: Unidade de Licitação - Fone: (14) 3533-4280 ou e-mail: licitacao@lins.sp.gov.br.

Lins/SP, 10 de junho de 2026
Fabiano Cristian Oliveira - Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 013/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

A Prefeitura Municipal de Mococa torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade Concorrência Eletrônica nº 002/2026, Processo Administrativo nº 14.231/2026, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para execução dos serviços de reforma e adaptações Centro de Distribuição de Merenda Escolar. O início da sessão da disputa da concorrência ocorrerá no dia 25 de junho de 2026, às 09:30h na plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões - BLL. Informações e o edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no site mococa.sp.gov.br, no link: Licitações > Concorrência Eletrônica e também no site da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL (www.bl.org.br).

Mococa-SP, 10 de junho de 2026
Leandro José da Rocha Pichotano
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO
Aviso de Licitação - Retificação.
Concorrência Eletrônica Nº 003/2026
Processo Administrativo Nº 027/2026

Modalidade: Concorrência Eletrônica. Tipo: Empreitada por Menor Preço Global. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PERFURAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE POÇO JUBILAR PROFUNDO (POÇO ARTESIANO) E CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIO METEORICOLEVADO DE GUANO BARRIO JARDIM DAS VEREDAS, conforme especificações contidas no Edital e Memorial Descritivo. Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: a partir das 00:00h do dia 12 de junho de 2026. Data e hora da abertura da sessão pública: 30 de junho de 2026, às 08:10h. Aquisição do Edital: Poderá ser adquirido na íntegra, na Praça Martinico Prado, 1626 ou através do site: <https://morroagudos.sp.gov.br>, com.br:879/comprasdigital/. Informações através do telefone (16) 3851-1400. Morro Agudo/SP, 10/06/2026. Leandro Cesar Silva Valadares, Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
CHAMAMENTO Nº 3/2026

Objeto: Serviço de acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência - modalidade residência inclusiva. Data e hora da sessão para abertura dos envelopes: 16/07/2026 às 10h. Obtenção do Edital: gratuito através do site <https://www.paulinia.sp.gov.br/terceirosetor>.

Paulínia, 10 de junho de 2026
DANILO BARROS
PREFEITO MUNICIPAL

PANAMERICANA CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA S/A
C.N.P.J. nº 61.342.754/0001-14 - NIRE 353.0004179-8
Ata da Assembleia Geral Ordinária de 30 de Abril de 2026 (Extrato)

Data/hora/Local: 30.04.2026, 9:00 horas. Sede Social. Presença/Mesa: Acionistas representando a totalidade do Capital Social com direito a voto. Presidente: Domenico Luigi Pasquale Abate; Secretário: Mario Abate **DELIBERAÇÕES:** A) Aproveito Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025. B) Foi determinado o lançamento do líquido do exercício findo na conta Reserva de Lucros a Realizar e a sua distribuição de dividendos aos acionistas. C) Foram reeleitos para mais um mandato até que haja nova eleição e posse no ano de 2027, de nova diretoria, permanecendo em seus cargos de **Diretores Executivos:** Domenico Luigi Pasquale Abate e Mario Abate, **Diretor de Vendas:** José Americo Rondello. No tocante aos honorários da diretoria, ficou aprovada e ratificada a reunião de diretoria do dia 28/02/2023 de que ficam extintos e sem pagamento quaisquer honorários a membros da diretoria, em razão da necessidade de contenção de gastos e redução de despesas. Os diretores ora eleitos e presentes a esta assembleia aceitaram essa sua nomeação e permanecem desde já nesse respectivo cargo de diretores e declaram não estarem incluídos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer suas funções, especialmente aqueles previstos no § 1º do Art. 147 da Lei nº 6404/76, e fornecem declarações de desimpedimento devidamente por eles emitidas e assinadas, bem como assumem e ficam investidos nos respectivos cargos para os quais foram eleitos. D) Foi ratificado e aprovado o pagamento de dividendos no montante total de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais) estabelecido na reunião de diretoria de 28/07/2025 "ad referendum" desta assembleia. Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade dos votantes. Esgotadas as matérias, lavrada ata autêntica, registrada na JUCESP sob nº 223.598/26-4 em 29/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CRECHE JÚLIO PERINI I. Data e hora limite para credenciamento e recebimento das propostas: 30/06/2026 às 08h30min. Início da disputa da etapa de lances: 30/06/2026 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do site <https://transparencia-paulinia.smartapp.com.br/#/dinamico/licitacoes/Licitacoes> ou <https://bnccompras.com/Home/Login>.

Paulínia, 10 de junho de 2026
DANILO BARROS - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXPOSIÇÃO CULTURAL INTERATIVA EM COMEMORAÇÃO À SEMANA DO FOLCLORE BRASILEIRO. Data e hora limite para credenciamento e recebimento das propostas: 29/06/2026 às 08h30min. Início da disputa da etapa de lances: 29/06/2026 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do site <https://transparencia-paulinia.smartapp.com.br/#/dinamico/licitacoes/Licitacoes> ou <https://bnccompras.com/Home/Login>.

Paulínia, 10 de junho de 2026
DANILO BARROS - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
AVISO DE LICITAÇÃO
Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. Do Bom Sucesso, nº 144, Bairro Alto do Cardoso: **PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026 (PMP 2295/2026)** Para "contratação de empresa especializada em confecção de letras caixa e logotipos em PVC, placas em aço inox, placas em acrílico, cartão de prata, com e sem instalação, conforme descrição para atender a Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba pelo período de 12 meses", com recebimento das propostas até dia 25/06/2026 às 07h59 e início da sessão às 08h00. **PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2026 (PMP 9954/2026)** Para "aquisição de fármacos constantes da REMUME (Relação Municipal de Medicamentos Essenciais) e da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), destinada à manutenção da Assistência Farmacêutica do município de Pindamonhangaba/SP, pelo período de 12 meses", com recebimento das propostas até dia 29/06/2026 às 07h59 e início da sessão às 08h00. Todos os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br (e também na Plataforma Digital, conforme discriminado no Edital). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600. ***COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL*** **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2026 (PMP 9587/2026)** A Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba, comunicou em 10/06/2026 que o Termo de Referência sofreu alterações de ordem técnica referente ao processo cujo objeto é "aquisição de insumos de enfermagem e de materiais hospitalares, destinados aos Departamentos de Atenção Básica à Saúde, atenção especializada e Urgência e Emergência". Considerando que ainda está resguardado o prazo previsto no art. 55 da Lei 14.133/2021, informa-se que a data da sessão pública está mantida.

GESP - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
COMUNICADO - DIVISÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
Processo SAA nº 007.0001596/2026-66

O Coordenador do Instituto de Zootecnia comunica que se encontra aberto PREGÃO ELETRÔNICO 12 nº 93606/2026, do tipo MENOR PREÇO, destinado a aquisição de combustível - óleo diesel S500. A realização da sessão será na data de 15/06/2026, horário 9:00 horas, no site <https://www.gov.br/compras>. Informações e/ou consulta do edital: Divisão de Administração Integrada-IZ, telefone (19) 3476-0928 ou e-mail leiteira@sp.gov.br ou no site <https://iz.agricultura.sp.gov.br> - opção Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026 - ABERTURA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS, Estado de São Paulo, torna público que realizará a abertura de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA COZINHA E REFEITÓRIO DA EMEF "CIVICO MILITAR - MARIA CRISTINA SUTTI LOPES MORENO" COM MATERIAIS E MÃO DE OBRA DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATADA - recebimento da Proposta Eletrônica até: 26 de junho de 2026, às 08h30min e Abertura da Sessão disputa de lance: 26 de junho de 2026, às 09h30min. Licitação não diferenciada.

Valor Máximo para contratação R\$ 84.037,37 (Oitenta e Quatro Mil e Trinta e Sete Reais e Trinta e Sete Centavos).

Os interessados poderão baixar o edital completo no site: www.lins.sp.gov.br Maiores informações: Unidade de Licitação - Fone: (14) 3533-4280 ou e-mail: licitacao@lins.sp.gov.br.

Lins/SP, 10 de junho de 2026
Fabiano Cristian Oliveira - Secretário de Administração